

Fenaban ameaça mesa única e Comando Nacional reforça unidade na defesa da categoria

A Fenaban iniciou a negociação da última terça-feira (21), a quarta da Campanha Nacional 2026, ameaçando a continuidade da mesa única de negociação, defendendo separar as negociações dos bancos privados das tratativas dos bancos públicos. Essa proposta representa grave ameaça aos direitos da categoria, historicamente mantidos justamente por meio da unidade, conforme afirmou Neiva Ribeiro, coordenadora do Comando Nacional e presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

“Não foi uma boa negociação e, infelizmente, não houve avanços concretos. A rodada começou sob a ameaça de separação das mesas de negociação dos bancos públicos e dos privados, uma proposta que representa um retrocesso para a negociação coletiva construída ao longo de décadas. Reafirmamos que a negociação coletiva se fortalece com diálogo qualificado entre bancos públicos e privados e respeito às pautas dos trabalhadores. Por isso, seguimos defendendo a unidade da categoria bancária como principal instrumento para preservar direitos, conquistar avanços e enfrentar qualquer tentativa de enfraquecer a organização coletiva”, ressaltou Neiva.

“Nossa mesa única, com bancos públicos e privados, é um dos maiores exemplos de negociação coletiva bem-sucedida do país. Ela resistiu aos ataques promovidos durante os governos Temer e Bolsonaro, superou os desafios impostos pela pandemia e garantiu a manutenção e a ampliação de direitos para toda a categoria bancária. Não aceitaremos qualquer iniciativa que enfraqueça esse modelo ou divida a categoria. Defendemos uma negociação



Representantes da categoria bancária e da Fenaban durante negociação da Campanha Nacional 2026 (Foto: Seeb-SP)

qualificada, que respeite as especificidades dos bancos públicos e privados e assegure espaço para discutir as demandas dos trabalhadores”, completou Neiva Ribeiro, ao relembrar o histórico vitorioso da unidade bancária.

Os representantes da Fenaban também ameaçaram as cláusulas de saúde presentes na Convenção Coletiva de Trabalho. Ao longo da reunião, os banqueiros questionaram os dados oficiais trazidos pelo Comando Nacional, negando insistentemente que o ambiente bancário não é adoecedor. Além disso, a negociação foi constantemente interrompida por pedidos de intervalos para discutir falsas polêmicas e questionar dados oficiais, o que consumiu um tempo precioso que deveria ter sido dedicado ao debate sobre temas centrais, como a implementação da NR-1, a prevenção dos riscos psicossociais, o combate às metas abusivas e a construção de soluções para

reduzir o adoecimento da categoria.

“Após a apresentação dos dados pelo Comando, a Fenaban travou a mesa, criando falsas polêmicas e ameaçando retirar todas as cláusulas de saúde já conquistadas na CCT. Nós, do comando, reiteramos que a pauta da saúde é fundamental. Não vamos concluir a negociação sem discutir esse tema. E a mesa única é o lugar onde esse tema deve ser tratado”, relatou Juvandia Moreira, coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e presidenta da Contraf-CUT.

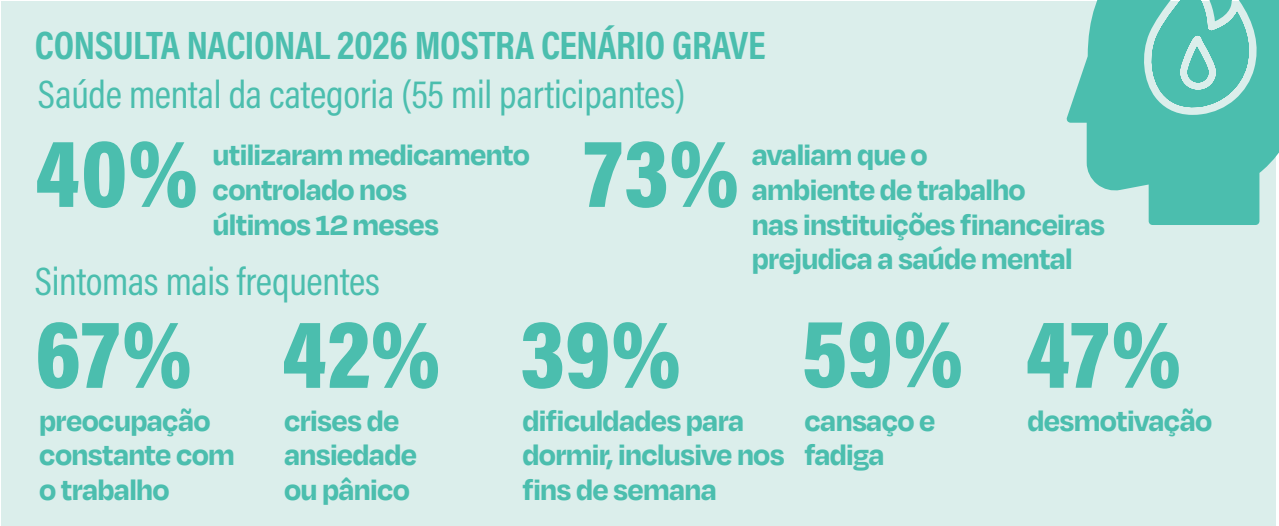
Em resposta às ameaças dos banqueiros, o Comando Nacional definiu um Dia Nacional de Luta para 28 de julho. A mobilização será em defesa da mesa única e pela valorização da remuneração da categoria. As negociações terão continuidade na próxima quinta-feira, dia 30, quando serão iniciadas as tratativas sobre remuneração e cláusulas econômicas.

Saúde bancária é destaque na Mesa

Durante a negociação ocorrida em 21 de julho, o Comando Nacional dos Bancários destacou que os transtornos mentais já se consolidaram como a principal causa de afastamentos entre bancárias e bancários. Em 2024, as doenças mentais e comportamentais foram responsáveis por 55,9% dos afastamentos acidentários e por 51,8% dos afastamentos previdenciários da categoria. No mesmo período, foram concedidos 14.525 benefícios relacionados à saúde mental para trabalhadores do setor, um aumento de 56,6% em relação a 2023.

Os representantes dos trabalhadores defenderam que a prevenção ao adoecimento precisa integrar as políticas de gestão das instituições financeiras, em conformidade com as mudanças da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passam a exigir a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos psicossociais nos ambientes de trabalho. O Comando Nacional defende que a representação dos trabalhadores participe da elaboração, implementação e acompanhamento do plano de gerenciamento dos riscos psicossociais, incluindo o mapeamento dos fatores de risco e a definição de ações de prevenção e combate ao assédio moral.

Ao longo da negociação, o Comando Nacional reforçou que os riscos psicossociais não surgem por acaso, mas são consequência direta da forma como o trabalho é organizado nos bancos. Competição exacerbada, pressão permanente por re-



sultados, falta de apoio das chefias, sobrecarga de trabalho e mudanças organizacionais frequentes estão entre os principais fatores que contribuem para o adoecimento da categoria.

Para enfrentar esse cenário, o Comando Nacional dos Bancários voltou a defender a implantação da jornada semanal de quatro dias, sem redução de salários e de direitos. A proposta integra a pauta de negociações da Campanha Nacional e busca reduzir a sobrecarga, melhorar a qualidade de vida e contribuir para ambientes de trabalho mais saudáveis. Também foram destacados outros instrumentos fundamentais, como a Lei da Igualdade Salarial e a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.

CALENDÁRIO DA CAMPANHA

Abril, maio e junho
Consultas, Conferências Estaduais e Nacional

24 de junho
Entrega da minuta aos bancos

02 de julho
1ª rodada de negociação - Cláusulas sociais

07 de julho
2ª rodada de negociação - Emprego bancário

16 de julho
3ª rodada de negociação - Igualdade de oportunidades e endividamento

21 de julho
4ª rodada de negociação - Saúde, condições de trabalho e endividamento

30 de julho
5ª rodada de negociação - Remuneração e cláusulas econômicas

20/7 FOI DIA NACIONAL DE LUTA PELA SAÚDE



Caixa



Itaú



Banco do Brasil



Bradesco



Santander

Nova NR-1: prevenção com a participação dos trabalhadores no plano de ação

Os transtornos mentais seguem como a principal causa de afastamento entre bancários no Brasil, no estado e no município de São Paulo. O crescimento dos atendimentos realizados pela Secretaria de Saúde do Sindicato e das denúncias de assédio moral revela um ambiente de trabalho marcado por metas abusivas, pressão permanente, reestruturações, redução de quadros, fechamento de agências e intensificação do uso de tecnologias e inteligência artificial para monitoramento do trabalho.

Além de provocar o adoecimento, os bancos frequentemente deixam de oferecer acolhimento adequado aos trabalhadores afasta-

dos, dificultam a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e não fornecem orientação suficiente durante o processo de afastamento.

Com a atualização da NR-1, em 26 de maio, os riscos psicossociais passam a integrar oficialmente o gerenciamento de riscos ocupacionais, reforçando a necessidade de que metas, assédio, pressão e formas de gestão sejam efetivamente debatidos com a participação dos trabalhadores, da CIPA e das entidades sindicais.

A NR-1 estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), que é o processo contínuo de identificação, avaliação e contro-

le dos riscos existentes no ambiente de trabalho, e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que é o documento onde esses riscos, as medidas de prevenção e os planos de ação devem estar registrados.

“A atualização da NR-1 representa um avanço importante porque reconhece oficialmente que a organização do trabalho também pode adoecer. Isso significa que os bancos não podem mais tratar o adoecimento mental apenas quando ele acontece; eles têm o dever de identificar, prevenir e eliminar esses riscos”, explica Valeska Pincovai, secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

POR QUE A CATEGORIA ESTÁ ADOECENDO?

Causas de afastamento na categoria bancária pelo INSS



BRASIL

52,9%

questões de saúde mental

17,3%

doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (LER/DORT)



ESTADO DE SÃO PAULO

51,8%

questões de saúde mental

18,0%

LER/DORT



CIDADE DE SÃO PAULO

56,1%

questões de saúde mental

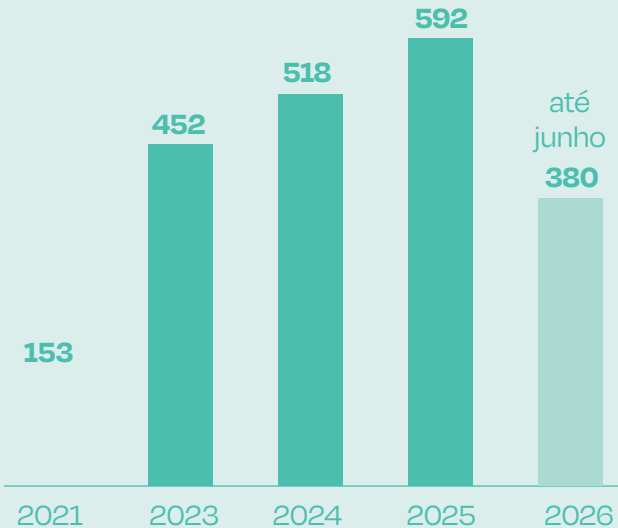
15,8%

LER/DORT

Fonte: DIEESE/2024

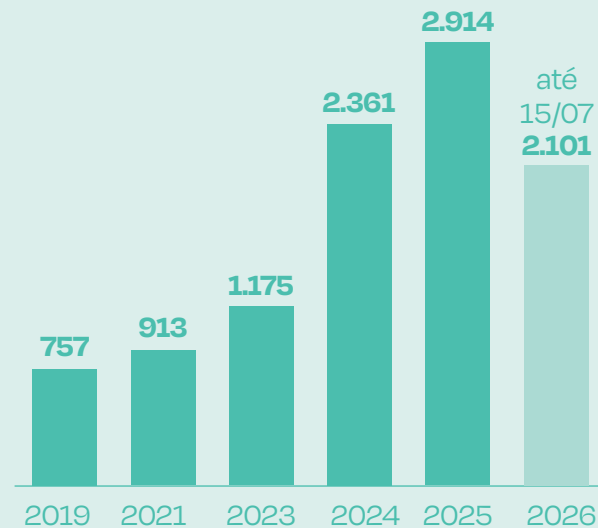
DENÚNCIAS DE ASSÉDIO MORAL CONTINUAM CRESCENDO

Denúncias recebidas no canal do Sindicato



SINDICATO SENTE O AUMENTO DO ADOECIMENTO

Atendimentos da Secretaria de Saúde



Endividamento cresce entre bancários e vira pauta da Campanha Nacional

Comando Nacional dos Bancários cobra dos bancos condições especiais de renegociação e juros menores para os trabalhadores

O endividamento dos bancários se consolidou como um dos temas da Campanha Nacional 2026. Durante a mesa de negociação com a Fenaban realizada em 16 de julho, o Comando Nacional dos Bancários apresentou um retrato preocupante da situação financeira da categoria e defendeu a criação de mecanismos que reduzam o peso das dívidas sobre os trabalhadores.

Os dados da Consulta Nacional dos Bancários 2026 revelam que 71% dos bancários participantes possuem algum tipo de dívida bancária. Desse montante, 16% dos trabalhadores afirmaram estar inadimplentes, contra 10% no ano passado. Entre as dívidas vencidas, o cheque especial responde por 30% dos casos, seguido pelo cartão de crédito (27%) e pelo crédito pessoal (17%).

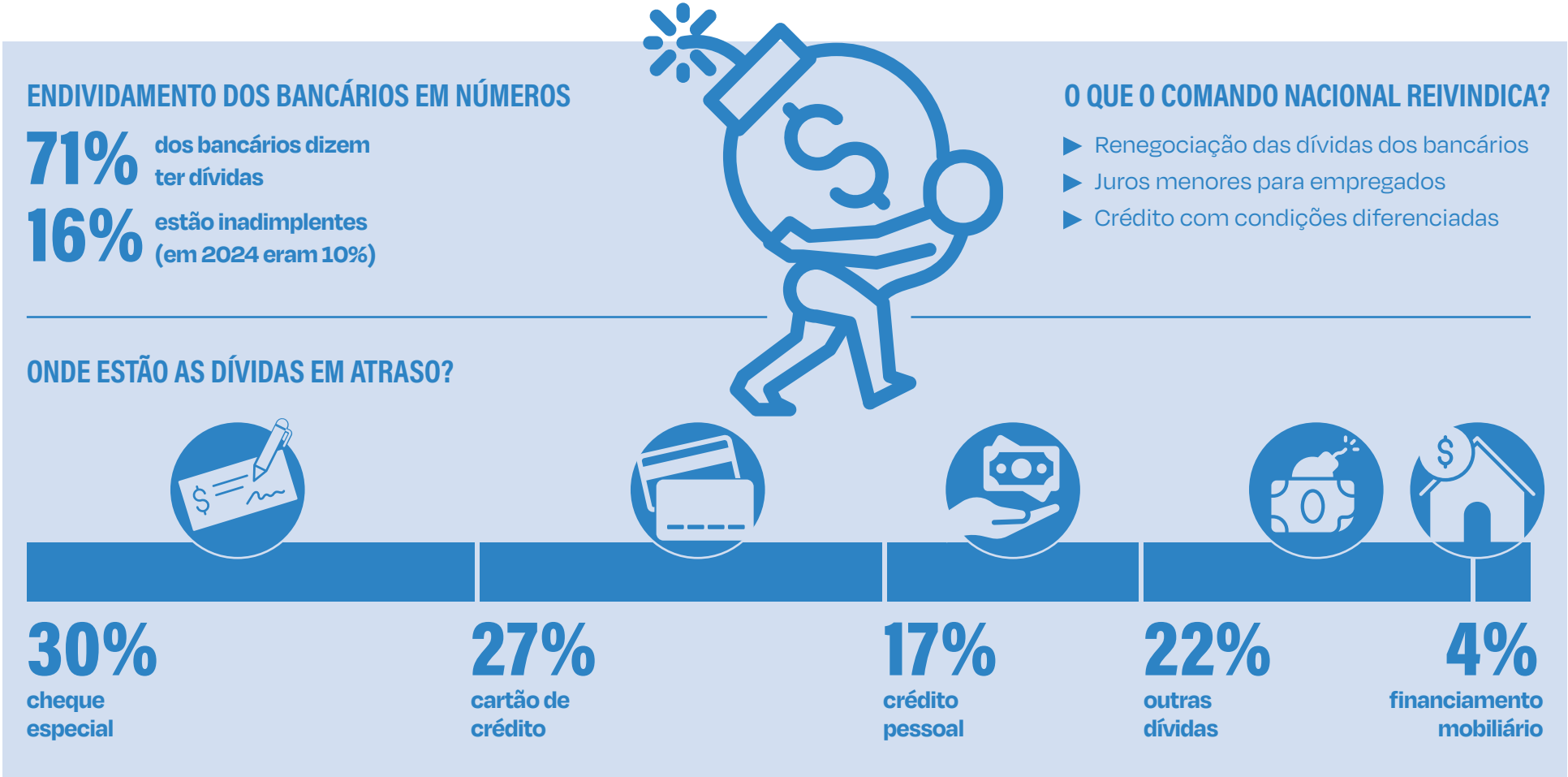
O cenário da categoria acompanha o agravamento do endividamento das famílias brasilei-

ras. Conforme dados compilados pelo DIEESE, em 2010, 58,3% das famílias brasileiras estavam endividadas e 23,5% tinham dívidas em atraso. Atualmente, esses números saltam para um cenário com 81,6% das famílias endividadas e 29,9% com dívidas em atraso. De acordo com o Serasa, hoje existem 83,5 milhões de pessoas inadimplentes no Brasil. Desse total, quase 50% estão em dívida com instituições financeiras.

A política de juros tem contribuído para o agravamento da situação. Desde 2021, com a alta da taxa Selic, os juros cobrados nas operações de crédito aumentaram significativamente. Embora o rendimento médio dos brasileiros tenha crescido cerca de 12% desde o período pré-pandemia, esse avanço praticamente desaparece quando são descontados os pagamentos ao sistema financeiro.

Para o movimento sindical, essa realidade exige uma resposta dos próprios bancos, que registram lucros bilionários enquanto milhares de seus empregados enfrentam dificuldades financeiras. Por isso, o Comando Nacional defende que as instituições criem condições diferenciadas para seus trabalhadores, com renegociação das dívidas em atraso, redução das taxas de juros e acesso facilitado ao crédito em condições mais justas.

Outro ponto levantado é que o programa Novo Desenrola Brasil atende apenas parte da categoria. Segundo o levantamento, 31% dos bancários recebem até cinco salários mínimos e podem ser contemplados pelo programa, enquanto 69% ficam fora das regras atuais, reforçando a necessidade de soluções específicas negociadas com os bancos.



Comando cobra medidas concretas para reduzir desigualdades nos bancos

Negociação da Campanha Nacional 2026 debate igualdade de oportunidades, combate à discriminação, proteção às mulheres e inclusão no setor bancário

A mesa de negociação da Campanha Nacional dos Bancários 2026 sobre igualdade de oportunidades, realizada em 16/07, evidenciou que a diversidade no sistema financeiro ainda está distante de se traduzir em igualdade de condições de trabalho e remuneração. Com base em dados do Dieese, o Comando Nacional dos Bancários cobrou da Fenaban medidas efetivas para combater as desigualdades de gênero, raça e acesso aos cargos de liderança.

Apesar de avanços nos últimos anos, as mulheres ainda recebem, em média, 18,4% menos que os homens. No ritmo atual, a equiparação salarial levaria aproximadamente 40 anos. O cenário é ainda mais desigual para as mulheres pretas, cuja remuneração é 34,2% inferior à dos homens brancos.

Outro dado preocupante é o impacto da reestruturação do setor bancário: entre 2020 e maio de 2026 foram fechados 32,3 mil postos de trabalho, dos quais cerca de 80% eram ocupados por mulheres. A participação feminina também segue limitada na área de tecnologia, onde representa apenas 24,5% dos trabalhadores.

“Os dados mostram que, no ritmo atual, serão necessários cerca de 40 anos para eliminar a diferença salarial entre homens e mulheres na categoria bancária. Não podemos esperar quatro décadas para que a igualdade se torne realidade.”

NEIVA RIBEIRO

Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e coordenadora do Comando Nacional

“Os bancos precisam construir planos de ação com transparência e participação das entidades sindicais, garantir o acompanhamento dos canais de denúncia e adotar medidas concretas para ampliar a permanência e a ascensão profissional das mulheres.”

JUVANDIA MOREIRA

Presidenta da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional

O QUE REIVINDICA O COMANDO NACIONAL

- **Igualdade salarial** - Implementação efetiva da Lei da Igualdade Salarial, com planos de ação, metas, prazos e participação das entidades sindicais.
- **Mais diversidade** - Metas de contratação e promoção para mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e PCDs.
- **Mulheres na tecnologia** - Fortalecimento das políticas de inclusão e investimento em formação para ampliar a presença feminina na área de TI.
- **Proteção às mulheres** - Estabilidade para vítimas de violência doméstica durante o afastamento e por um ano após o retorno ao trabalho.
- **Combate ao racismo** - Protocolo de combate ao racismo e contratação de instituição especializada em heteroidentificação para fortalecer políticas de igualdade racial.
- **Inclusão de PCDs** - Avanços nas políticas de inclusão, acessibilidade e permanência das pessoas com deficiência.

O QUE RESPONDEU A FENABAN

- Aceitou discutir a ampliação dos canais de denúncia para receber casos de racismo, assédio, LGBTfobia e outras violências praticadas por clientes.
- Propôs criar protocolos para apuração das denúncias e definição das medidas cabíveis.
- Sugeriu aprofundar o debate sobre assédio sexual na Convenção Coletiva, incluindo conceitos, exemplos e materiais educativos.
- Propôs avaliar a contratação de consultoria para educação financeira e apoio à recolocação profissional de mulheres no setor bancário.
- Manifestou interesse em conhecer experiências sobre a semana de quatro dias (4x3), com contratação de consultoria especializada.



Neiva Ribeiro e Juvandia Moreira, coordenadoras do Comando, durante negociação (Foto: Seeb-SP)

Mesa única: a força da unidade dos bancários

POR NEIVA RIBEIRO

Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e coordenadora do Comando Nacional

A Campanha Nacional Unificada dos Bancários de 2026 trouxe um alerta que não pode ser ignorado. Durante as negociações, a Fenaban voltou a colocar em xeque a mesa única de negociação, uma das maiores conquistas da categoria. Na quarta rodada, chegou a afirmar que as negociações poderiam ser encerradas naquele momento, em uma tentativa de separar os bancos públicos dos privados.

A reação do Comando Nacional dos Bancários foi imediata. A defesa da mesa única não é apenas uma questão de método de negociação, mas de preservação de um modelo que garantiu, ao longo de décadas, direitos, valorização e unidade para toda a categoria.

A negociação coletiva nacional dos bancários é reconhecida como uma das experiências mais bem-sucedidas do país. Foi graças à organização nacional dos trabalhadores que, em 1992, foi assinada a primeira Convenção Coletiva de Trabalho, assegurando salários e direitos iguais para os bancários dos bancos privados em todo o território nacional. Em 2003, essa conquista foi ampliada com a consolidação da mesa única, incorporando também os bancos públicos federais e fortalecendo ainda mais a capacidade de negociação da categoria.

Essa construção não foi simples. Foi resultado de anos de mobilização e resistência dos trabalhadores diante de um cenário extremamente adverso. Entre 1995 e 2003, os bancários sofreram perdas salariais expressivas: 8,6% nos bancos privados, 36,3% no Banco do Brasil e 40% na Caixa Econômica Federal. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a política econômica foi marcada pelo desemprego, pelas privatizações, pelo arrocho salarial e pela precarização

das relações de trabalho, afetando toda a classe trabalhadora.

Foi justamente diante desse contexto que a unidade da categoria demonstrou sua força. Ao longo dos anos, a mesa única permitiu superar diferenças entre instituições, construir consensos e garantir avanços que beneficiaram trabalhadores de bancos públicos e privados. Essa unidade também foi decisiva para enfrentar os ataques aos direitos trabalhistas promovidos nos governos Temer e Bolsonaro. Foi ela que permitiu atravessar os desafios impostos pela pandemia, preservar empregos, manter direitos históricos e conquistar novos avanços em uma conjuntura extremamente difícil.

De 2004 a 2025, a mobilização e a organização dos trabalhadores garantiram aumentos salariais acima da inflação, assegurando, no período, ganho real de 23,44% nos salários. No piso, esse aumento foi ainda maior: 45,33%. Assim como nos vales-refeição (38,1%) e alimentação (39,7%). Os reajustes diferenciados nas cláusulas econômicas são resultados de negociações específicas que visam melhorar os direitos conquistados pela categoria.

Por isso, qualquer tentativa de fragmentar a negociação representa um retrocesso. Separar os trabalhadores significa enfraquecer sua capacidade de negociação e abrir espaço para a redução de direitos conquistados ao longo de décadas.

Defender a mesa única não significa ignorar as especificidades de cada instituição financeira. Pelo contrário. O modelo atual permite que exista uma Convenção Coletiva Nacional, garantindo direitos comuns para toda a categoria, ao mesmo tempo em que mesas específicas tra-



Neiva Ribeiro, coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e presidenta do Sindicato (Foto: Seeb-SP)

tam das demandas próprias dos bancos públicos e privados.

É exatamente esse equilíbrio que faz da negociação dos bancários uma referência para o movimento sindical brasileiro. A Convenção Coletiva Nacional protege centenas de milhares de trabalhadores, oferece segurança jurídica às relações de trabalho e produz impactos positivos para milhões de famílias e para a própria economia do país.

A mesa única é fruto da organização coletiva, da mobilização e da capacidade de diálogo construída ao longo de décadas. Não é um privilégio, mas uma conquista histórica da categoria bancária.

Por isso, reafirmamos a defesa desse modelo de negociação. A unidade dos trabalhadores sempre foi a principal responsável pelas vitórias da categoria e continuará sendo o caminho para enfrentar os desafios do presente, manter direitos e construir novas conquistas.